



Concurso Público para provimento de cargos de
Analista de Controle Externo - Área Controle Externo
Especialidade: Tecnologia da Informação

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'F06', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA OBJETIVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos I

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 80 questões, numeradas de 1 a 80.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver o Caderno de Questões e a sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Atenção: As questões de números 1 a 8 referem-se ao texto abaixo.

- 1 Na mídia em geral, nos discursos políticos, em mensagens publicitárias, na fala de diferentes atores sociais, enfim, nos diversos contextos em que a comunicação se faz presente, deparamo-nos repetidas vezes com a palavra cidadania. Esse largo uso, porém, não torna seu significado evidente. Ao contrário, o fato de admitir vários empregos deprecia seu valor conceitual, isto é, sua capacidade de nos fazer compreender certa ordem de eventos. Assim, pode-se dizer que, contemporaneamente, a palavra cidadania atende bastante bem a um dos usos possíveis da linguagem, a comunicação, mas caminha em sentido inverso quando se trata da cognição, do uso cognitivo da linguagem. Por que, então, a palavra cidadania é constantemente evocada, se o seu significado é tão pouco esclarecido?

- 5 Uma resposta possível a essa indagação começaria por reconhecer que há considerável avanço da agenda igualitária no mundo e, decorrente disso, a valorização sem precedentes da ideia de direitos. De fato, tornou-se impossível conceber formas contemporâneas de interação entre indivíduos ou grupos sem que a referência a direitos esteja pressuposta ou mesmo vocalizada. Direitos, por isso, sustentam uma espécie de argumentação pública permanente, a partir da qual os atores sociais agenciam suas identidades e tentam ampliar o escopo da política de modo a abarcar suas questões. Tais atores constroem-se, portanto, em público, pressionando o sistema político a reconhecer direitos que julgam possuir e a incorporá-los à agenda governamental.

(Maria Alice Rezende de Carvalho. "Cidadania e direitos". In: **Agenda brasileira**: temas de uma sociedade em mudança. André Botelho e Lília Moritz Schwarcz (orgs.). São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 104)

1. No texto, a autora
- (A) censura a mídia, os políticos e os publicitários, em geral, por produzirem mensagens redundantes e pouco precisas no que se refere ao emprego da palavra "cidadania", com o que deturpam o conceito a que ela remete.
- (B) comenta o uso pouco criterioso da palavra "cidadania", fato que, por conta da impropriedade, prejudica a compreensão de mensagens formuladas no padrão culto da linguagem.
- (C) aponta a diversidade de atores sociais como responsável pela alteração do sentido original da palavra "cidadania", fato determinante de que, na contemporaneidade, se lhe atribua sentido oposto ao etimologicamente reconhecido.
- (D) expressa opinião sobre o modo de ocorrência da palavra "cidadania", oportunidade de evidenciar que a alta frequência de uso de uma palavra não implica que esteja assegurada a adequada percepção do fenômeno que ela nomeia.
- (E) indaga sobre o que ocorre com a palavra "cidadania", tomando-a como exemplo da típica atitude contemporânea no que se refere à linguagem – reprovável descuido quanto aos distintos contextos de uso de vocábulos –, foco este de sua reflexão.

2. No segundo parágrafo do texto,
- (A) levanta-se a hipótese de a agenda igualitária chegar a conquistar avanços expressivos no mundo todo, quando, então, serão devidamente valorizados os direitos da cidadania.
- (B) está sugerido que os direitos humanos são concedidos de modo diferenciado na dependência de se fazerem presentes de modo implícito ou explícito.
- (C) elege-se uma proposição que se toma como um princípio a partir do qual se pode deduzir um determinado conjunto de consequências, que explicariam o uso reiterado da palavra "cidadania".
- (D) argumenta-se a favor de que a luta pelos direitos deve dar-se tanto no âmbito individual, quanto no coletivo, visto que, de fato, a interação humana se dá tanto entre indivíduos, quanto entre grupos.
- (E) detalha-se, na tentativa de responder de modo consistente à pergunta proposta no parágrafo anterior, o modo equivocado como se dá a interação entre os atores sociais e o sistema político.

3. Afirma-se com correção:
- (A) (linhas 1 a 5) Os termos que compõem a sequência inicial do texto estão todos citados sob a mesma perspectiva, a da completa determinação.
- (B) (linhas 5 e 6) Se a frase *Esse largo uso, porém, não torna seu significado evidente* fosse organizada de maneira distinta, a formulação "Seu significado não se torna evidente, mas seu uso é amplo" preservaria a correção e o sentido originais, considerado o contexto.
- (C) (linha 8) O modo como o segmento que sucede a *isto é* está redigido comprova que a expressão introduz um típico verbete de dicionário.
- (D) (linhas 10 a 11) O segmento *a palavra cidadania atende bastante bem a um dos usos possíveis da linguagem* teria seu sentido e correção preservados em "Da palavra cidadania pode-se dizer que não é nada mal o seu atendimento a um dos usos possíveis da linguagem".
- (E) (linhas 13 a 15) Variante da redação da autora, a frase "Então, se o seu significado é tão pouco esclarecido, a palavra 'cidadania' é constantemente evocada por quê?", está em conformidade com o padrão culto escrito e preserva o sentido do enunciado original.

4. A formulação que equivale ao segmento original transcrito é:
- (A) *diferentes atores sociais* / distintos líderes comunitários.
- (B) *nos diversos contextos em que a comunicação se faz presente* / nas variadas situações em que se impõe um frutífero diálogo.
- (C) *é constantemente evocada* / é via de regra proferida com solenidade.
- (D) *valorização sem precedentes* / sublimação inédita.
- (E) *formas contemporâneas de interação* / modos inovadores de ação compartilhada.



5. *Direitos, por isso, sustentam uma espécie de argumentação pública permanente, a partir da qual os atores sociais agenciam suas identidades e tentam ampliar o escopo da política de modo a abarcar suas questões.*

Considerada a frase acima, estarão assegurados a correção, a clareza e o sentido originais na substituição de

- (A) *sustentam uma espécie de argumentação pública permanente* **por** "confirmam a homologia com a argumentação pública permanente".
- (B) *a partir da qual* **por** "a partir de quê".
- (C) *de modo a abarcar* **por** "com vistas à abranger".
- (D) *agenciam sua identidade* **por** "advogam benesses em função de sua identidade".
- (E) *tentam ampliar o escopo da política de modo a abarcar suas questões* **por** "intentam maior abrangência da ação política de sorte que lhes contemple os interesses".

6. *Tais atores constroem-se, portanto, em público, pressionando o sistema político a reconhecer direitos que julgam possuir e a incorporá-los à agenda governamental.*

Considerada a frase acima, é correto afirmar:

- (A) À forma *constroem-se* corresponde, no singular, a forma "constrói-se".
- (B) O contexto exige que à forma verbal *pressionando* seja atribuído unicamente o sentido condicional.
- (C) O emprego de *julgam* sinaliza que a autora se preserva de assumir que os direitos reivindicados pelos *Tais atores* sejam efetivamente direitos deles.
- (D) O padrão culto escrito abona não só a construção *julgam possuir*, como, também, a forma "julgam possuírem".
- (E) Em *e a incorporá-los à agenda governamental*, o termo destacado estabelece a conexão lógica entre esse segmento final da frase e o imediatamente anterior (*que julgam possuir*).

7. Considere as assertivas abaixo.

- I. (linhas 10 e 11) O segmento *a palavra cidadania atende bastante bem a um dos usos possíveis da linguagem, a comunicação* traz não só uma informação explícita sobre a linguagem, mas também uma subentendida.
- II. (linhas 13 a 15) Em *Por que, então, a palavra cidadania é constantemente evocada, se o seu significado é tão pouco esclarecido?*, o segmento introduzido pelo **se** exprime uma condição.
- III. (linhas 19 a 23) Em *De fato, tornou-se impossível conceber formas contemporâneas de interação entre indivíduos ou grupos sem que **a referência a direitos** esteja pressuposta ou mesmo vocalizada*, o segmento destacado em negrito exprime uma condicionante do ato indicado no segmento sublinhado.

O texto abona o que consta em

- (A) I e II, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) I, II e III.

8. *Direitos, por isso, sustentam uma espécie de argumentação pública permanente [...]*

Transpondo a frase acima para a voz passiva, a forma verbal obtida é:

- (A) sustentam-se.
- (B) é sustentada.
- (C) foi sustentada.
- (D) sustentara-se.
- (E) haviam sido sustentadas.

Atenção: As questões de números 9 a 13 referem-se ao texto que segue.

- 1 *Convenhamos que não é fácil saber o que fazer com as cinzas de um parente que optou por ser cremado. Apenas quando o defunto já deixa escolhido o local onde gostaria de se evaporar, a dificuldade é pouca e se resume a uma questão de logística. Afinal, nem sempre cenários da natureza espetacular como as Cataratas do Iguaçu, o Pico do Jaraguá, a Chapada Diamantina, o Cristo Redentor ou os braços de Iemanjá em mar aberto são acessíveis aos encarregados do luto.*
- 5 *Chega agora dos Estados Unidos uma solução alternativa, embora essencialmente voltada para o mercado americano: sua exportação mundo afora ainda é duvidosa. Os dois fundadores da empresa responsável pela inovação, com sede em Stockton, no estado do Alabama, parecem conhecer o consumidor que procuram. "O mais frequente é uma urna com as cinzas do ente querido ficar zelosamente guardada na casa do pranteado por um bom tempo. Com o passar dos anos, porém, a urna migra da sala para o sótão. E, quando, anos mais tarde, a casa é vendida, não raro alguém lembra, penalizado, que as cinzas foram deixadas para trás", explica Thad Holmes, que também é agente de proteção ambiental.*
- 10 *(Adaptado de "As almas vão rolar", chegada. Piauí 62, novembro 11, p. 8)*
- 15 *Em seu texto, o autor*
- 20 *(A) busca a adesão do leitor sugerindo estrategicamente que todos podem estar sujeitos à mesma situação familiar aflitiva.*
- (B) anuncia a novidade e, apoiando-se nas informações do responsável pela "solução alternativa", a detalha rigorosamente para o leitor.*
- (C) trata com absoluta reverência o assunto da matéria, o que motiva o emprego de linguagem formal, vocabulário técnico e comentários sem qualquer marca de subjetividade.*
- (D) descreve a complexidade que deriva da morte de um parente e, para dar a entender a dimensão dos problemas envolvidos, resume-os na expressão uma questão de logística.*
- (E) insinua que a novidade americana não estar acessível à exportação é fato deplorável, dado que ela atende a situação comum a todos, entendimento seu evidenciado pelo uso de Convenhamos.*



10. Considerado o primeiro parágrafo, é correto afirmar:
- (A) (linha 1) O emprego de dois-pontos depois de *Convenhamos* mantém a correção da frase, observado o padrão culto escrito.
 - (B) (linha 3) A palavra *já* tem, no contexto, o sentido de “de pronto”.
 - (C) (linha 3) A substituição de *onde* por “que” é plenamente aceitável, pois mantém a correção e o sentido originais da frase.
 - (D) (linha 5) No processo argumentativo, o fundamento do comentário feito no período anterior é introduzido pela palavra *Afinal*.
 - (E) (linhas 6 a 8) A eleição dos cenários que foram citados foi determinada unicamente pela dificuldade que os locais apresentam para acolher as cinzas de mortos.

11. É legítimo afirmar que, na matéria que noticia a novidade,
- (A) (linha 11) a palavra *embora* estabelece conexão entre duas orações de sentido dessemelhante, determinando que, a verificar-se um dos fatos mencionados, o outro deixará de se cumprir.
 - (B) (linha 12) a observação da relação lógica entre os segmentos da frase em que se encontram os dois-pontos permite deduzir que esse sinal de pontuação está incorretamente empregado.
 - (C) (linha 14) o segmento *com sede em Stockton* equivale a “cuja a sede é em Stockton”.
 - (D) (linha 15) a expressão *o consumidor* remete obrigatoriamente ao tipo de cliente desejado pela empresa: aquele que, cauteloso, deixa estabelecido todo o procedimento do seu próprio funeral.
 - (E) (linhas 12 a 15) o autor revela cautela ao avaliar o conhecimento dos dois fundadores da empresa responsável pela inovação, no que se refere aos consumidores que objetivam conquistar.

Atenção: Para responder às questões de números 12 e 13, considere o texto abaixo.

“O mais frequente é uma urna com as cinzas do ente querido ficar zelosamente guardada na casa do pranteado por um bom tempo. Com o passar dos anos, porém, a urna migra da sala para o sótão. E, quando, anos mais tarde, a casa é vendida, não raro alguém lembra, penalizado, que as cinzas foram deixadas para trás”, explica Thad Holmes, que também é agente de proteção ambiental.

12. Sobre o que se tem no excerto acima transcrito, a única afirmação INCORRETA é:
- (A) A referida migração da sala para o sótão exprime que o respeito inicial pelas cinzas, com o tempo, sofre um rebaixamento.
 - (B) O emprego das formas verbais no presente do indicativo confirma que os estados ou ações referidos são considerados constantes, constituindo-se como espécie de conduta regular.
 - (C) O segmento *E, quando, anos mais tarde, a casa é vendida* sugere que o destino da casa de um morto é bastante previsível.
 - (D) O emprego de *pranteado* faz entender que o morto é pessoa de reconhecida ação social, que, por conta disso, recebeu algum título ou outra honraria.
 - (E) O fato de citar-se que Thad Holmes *também é agente de proteção ambiental* possibilita a expectativa de que surja posteriormente algum comentário relacionado ao meio ambiente.

13. Se alguém quisesse relatar, com discurso próprio, algo do que Thad Holmes esclareceu na passagem acima, estaria se expressando corretamente assim:
- (A) Thad Holmes explica que, por ocasião de a casa ser vendida, passados anos de a urna ter migrado da sala para o sótão, alguém certamente lembrará, penalizado, que as cinzas foram deixadas para trás.
 - (B) Thad Holmes explica que: *Com o passar dos anos, porém, a urna migra da sala para o sótão, para, anos mais tarde, ser vendida.*
 - (C) Thad Holmes explicou que, quando anos mais tarde, a casa foi vendida, não raro alguém lembrou que as cinzas foram deixadas para trás.
 - (D) Explica Thad Holmes – “O mais frequente é uma urna com as cinzas do ente querido ficar zelosamente guardada na casa do pranteado por um bom tempo”, e acrescenta que a urna, com o passar do tempo, migrou da sala para o sótão.
 - (E) Explica Thad Holmes que alguém sempre lembra, penalizado, que as cinzas são deixadas para trás, isso quando a casa é vendida anos mais tarde, passando anos em que a urna migra da sala para o sótão.

14. Considere os enunciados que seguem.

- I. Os debates se sucederam.
- II. O projeto ganhou consistência.
- III. O projeto chegou ao ponto de ser encampado por renomados especialistas.
- IV. Os renomados especialistas se responsabilizaram pelo levantamento da verba necessária à execução do projeto.

As quatro frases estão conectadas de maneira clara e correta em:

- (A) À medida que se sucediam os debates, o projeto foi ganhando consistência, até o ponto de ser encampado por renomados especialistas, que se responsabilizaram pelo levantamento da verba necessária a sua execução.
- (B) Os renomados especialistas se responsabilizaram pelo levantamento da verba necessária à execução do projeto que os sucessivos debates deram consistência, ao ponto que eles o encamparam.
- (C) O projeto ganhou consistência e chegou ao ponto em que renomados especialistas lhe encamparam, depois dos debates que se sucederam, e também se responsabilizando pelo levantamento da verba necessária à sua execução.
- (D) O levantamento da verba necessária à execução do projeto ficou na responsabilidade dos renomados especialistas que o encamparam, pois, dado os sucessivos debates, ele ganhou consistência até esse ponto.
- (E) A consistência que o projeto ganhou na medida dos sucessivos debates chegou até o ponto dos renomados especialistas se responsabilizarem pelo levantamento da verba necessária à sua execução, que encamparam.



15. Considere a frase abaixo e os três comentários que a seguem.
- É evidente que, ao não detalhar no depoimento os dados que já havia oferecido, e que permitiriam a elucidação dos fatos investigados, os torna mais nebulosos.*
- I. A expressão *É evidente* indica a atitude daquele que produziu a frase: ele cria para o interlocutor o dever de crer no que foi afirmado, dificultando, assim, contestação à sua assertiva.
- II. A expressão *havia oferecido* denota fato passado ocorrido anteriormente ao outro fato também ocorrido no passado.
- III. O emprego do pronome *os* produz ambiguidade, que seria dissolvida se o segmento *os torna* fosse substituído por “torna estes” ou “torna aqueles”, alternativa definida pelo sentido que se deseja atribuir à frase.
- É legítimo o que se afirma em
- (A) I, apenas.
 (B) I e II, apenas.
 (C) III, apenas.
 (D) II e III, apenas.
 (E) I, II e III.
-
16. A frase que está em conformidade com a ortografia oficial é:
- (A) Não interessa recaptular a indesejável dissensão, mas sim aliviar as tensões agudizadas pelo desnecessário enxerto de questões polêmicas.
 (B) Sempre quis ser assessora de moda em lojas, mas eram tantos os empecilhos, que acabou por vencer a ojeriza de coser sob encomenda e, com isso, tornou-se grande costureira.
 (C) Endoidescia o marido com seus gastos extravagantes, pois acreditava que o tão desejado charme era questão de plumas e brilhos esplendorosos, de preferência, vindos do exterior.
 (D) Quando disse que não exitaria em abandonar o emprego de sopetão e ir relaxar numa praia distante, lhe disseram que seria sandice, mas não conseguiram vencer o fascínio da aventura.
 (E) Representava na peça um cafageste que tratava a todos com escárneo, mas sua atuação era sempre tão fascinante que diariamente angariava a simpatia de toda a platéia.
-
17. Do ponto de vista da regência, a frase redigida em conformidade com o padrão culto escrito é:
- (A) Vive dizendo que, para ele, nos fins de semana, nada melhor como pegar um bom livro e lê-lo até o fim.
 (B) Depois de tanto esforço dos que o acolheram, nem sequer se dignou de apresentar pessoalmente suas despedidas.
 (C) O exagero no consumo de bebidas alcoólicas na formatura ocasionou em um fim trágico.
 (D) As vítimas mais graves do engavetamento foram atendidas ao Hospital das Clínicas.
 (E) Acredito, sinceramente, de que o melhor a fazer é afastá-lo da comissão.
-
18. A frase redigida corretamente é:
- (A) No caso de elas virem até nós, teremos a oportunidade de esclarecer por que os documentos ainda não foram liberados, e também reiterar que o diretor os mantém devidamente resguardados.
 (B) Quanto aos fabricantes, se se contraporem à decisão do juiz, terão de apresentar provas convincentes, que, segundo eles mesmos, não é garantia de sortir efeito em nova deliberação.
 (C) Esclareço hoje, a uma semana da audiência de conciliação, que um acordo só será aceito por meu cliente se lhe convir não só o montante da indenização, mas também a forma de pagamento.
 (D) Quando entrevisto candidatos, sempre os argúo acerca de sua descrição quanto a assuntos profissionais, pois esse é um dos quesitos avaliados no processo de ascensão na empresa.
 (E) Ele incendia todas as reuniões com essa mania de projetos mirabolantes, a ponto de sempre alguém freiar sua participação em comissões de eventos.
-
19. A frase redigida de forma clara e correta é:
- (A) Funcionários sem acesso à sala das telefonistas confirmaram que deviam ter havido mais de dez chamadas para, segundo se apurou posteriormente, denunciar o falsário, e ninguém atendendo, perdeu-se a oportunidade de prendê-lo aonde estava.
 (B) Existem, sim, grandes possibilidades de essa reutilização de tecidos com defeitos dar certo, entretanto é necessário que haja algumas reuniões, sejam quem forem os consultores, para definirem-se as linhas gerais do negócio.
 (C) Talvez alguns não deem importância ao relato do chefe dos pedreiros sobre o incidente com a cal, mas o fato é que, minimizá-lo, será abrir a possibilidade de o desempenho de todos eles decaírem intensa e irreversivelmente.
 (D) Senhor Ministro, é realmente confiável, segundo fontes fidedignas, os números que indicam quão séria é a questão que está sob sua responsabilidade enfrentar antes que se torne definitivamente insolúvel.
 (E) Visto a oportunidade imperdível de rever as normas não mais aplicáveis àquele específico grupo de infratores, os legisladores não convenceram-se da necessidade de ver postergado, no último momento, as datas das primeiras reuniões setoriais.
-
20. É frase clara e correta a apresentada na seguinte alternativa:
- (A) Nessa época do ano, as enchentes, e mais do que previsíveis, como todos o sabem, transformam a cidade uma paisagem horrenda.
 (B) A atividade docente por si só já exerce uma função de liderança nata, e isso é que às vezes a sociedade teme, pois nem todos os mestres primam por ética.
 (C) Com a anuência do interessado, revisei o texto e assinalei os pontos que, a meu ver, são os mais sensíveis da questão, e que efetivamente não lhe estariam a favor no caso de querer levar a juízo esse já antigo litígio.
 (D) Em detrimento do fenômeno de chuvas intensas, podemos destacar a significativa e essencial parceria entre distintos poderes – o municipal e o estadual – como avanço importante na área de prevenção de tragédias.
 (E) Minha expressão de compromisso para com meus pares e o órgão a que passarei a pertencer há de ser demonstrado a cada passo de minha atuação, pela qual sempre zelarei, como venho demonstrando por anos consecutivos.

**Noções de Direito Constitucional**

21. Estabelece a Constituição Federal que a casa é asilo inviolável do indivíduo e nela pode entrar, sem o consentimento do morador,
- (A) qualquer pessoa em estado de miserabilidade.
 - (B) oficial de justiça, munido de autorização do juiz, a qualquer hora.
 - (C) qualquer pessoa para prestar socorro.
 - (D) oficial de justiça, munido de autorização administrativa, apenas durante o dia.
 - (E) policial militar munido de ofício de delegado de polícia.

22. Um Governador de Estado, ainda no início do exercício de seu mandato, deseja se candidatar ao cargo de Presidente da República. Para que possa concorrer às eleições e, caso seja vitorioso, assumir o novo cargo, deverá ser brasileiro nato
- (A) e afastar-se temporariamente de seu atual mandato até seis meses antes do pleito.
 - (B) ou naturalizado e descompatibilizar-se em relação a seu atual mandato até seis meses antes do pleito.
 - (C) ou naturalizado e renunciar a seu atual mandato até três meses antes do pleito.
 - (D) e renunciar a seu atual mandato até seis meses antes do pleito.
 - (E) e afastar-se temporariamente de seu atual mandato até três meses antes do pleito.

23. A competência privativa da União
- (A) pode ser delegada aos Estados-Membros, mediante lei complementar, para que legislem sobre questões específicas.
 - (B) pode ser delegada aos Municípios, mediante lei complementar, para que legislem sobre questões de interesse local.
 - (C) pode ser delegada aos Estados-Membros e aos Municípios, mediante lei complementar, para que suplementem as disposições da União.
 - (D) pode ser delegada aos Estados-Membros e aos Municípios, mediante lei ordinária, para que legislem sobre questões específicas.
 - (E) não pode ser delegada.

24. O Distrito Federal, conforme a Constituição Federal,
- (A) elege Deputados Distritais para a Assembleia Legislativa e possui uma Constituição Distrital.
 - (B) elege dois Senadores e não pode dividir-se em Municípios.
 - (C) rege-se por uma lei orgânica e elege Governador e Vice-Governador.
 - (D) exerce competências legislativas reservadas à União, aos Estados e aos Municípios e elege Deputados Federais.
 - (E) possui uma Constituição Distrital e não pode dividir-se em Municípios.

25. É competência exclusiva do Congresso Nacional
- (A) julgar o Presidente da República em caso de crime de responsabilidade.
 - (B) aprovar, após arguição pública, a escolha de Ministro do Supremo Tribunal Federal.
 - (C) fixar os subsídios do Presidente e do Vice-Presidente da República e dos Ministros de Estado.
 - (D) dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno.
 - (E) conceder indultos e comutar penas.

Noções de Direito Administrativo

26. De acordo com a Constituição Federal, os princípios da Administração Pública aplicam-se
- (A) às entidades integrantes da Administração direta e indireta de qualquer dos Poderes.
 - (B) à Administração direta, autárquica e fundacional, exclusivamente.
 - (C) às entidades da Administração direta e indireta, exceto às sociedades de economia mista exploradoras de atividade econômica.
 - (D) à Administração direta, integralmente, e à indireta de todos os poderes e às entidades privadas que recebem recursos públicos, parcialmente.
 - (E) à Administração direta, exclusivamente, sujeitando-se as entidades da Administração indireta ao controle externo exercido pelo Tribunal de Contas.

27. A propósito dos elementos definidores e traços característicos dos serviços públicos, é correto afirmar:
- (A) Independem de definição por lei, podendo ser de titularidade do poder público, quando de natureza não econômica, ou privada, quando passíveis de exploração mediante concessão ou permissão.
 - (B) São definidos por lei e de titularidade pública ou privada, conforme sua natureza essencial ou econômica.
 - (C) Independem de definição por lei, bastando sua caracterização como atividade essencial, de titularidade exclusiva do poder público.
 - (D) São definidos por lei e de titularidade do poder público, que pode prestá-los diretamente ou sob o regime de concessão ou permissão.
 - (E) São definidos em lei como obrigação do poder público e direito dos cidadãos, devendo ser prestados de forma universal e independentemente de cobrança de tarifa.

28. Determinado dirigente de autarquia estadual passou a orientar a atuação da entidade para fins diversos daqueles que justificaram a criação da entidade. Para a correção dessa situação, o ente instituidor da autarquia deverá exercer o poder
- (A) Disciplinar.
 - (B) Normativo.
 - (C) Regulamentar.
 - (D) De revisão ex officio.
 - (E) de tutela.



<p>29. Os atos administrativos podem ser</p> <p>(A) vinculados, quando a competência para a sua edição é privativa de determinada autoridade e não passível de delegação.</p> <p>(B) discricionários, quando a lei estabelece margem de decisão para a autoridade de acordo com critérios de conveniência e oportunidade.</p> <p>(C) vinculados, assim entendidos os que devem ser editados quando presentes os requisitos legais e de acordo com juízo de conveniência e oportunidade.</p> <p>(D) discricionários, quando, embora o objeto e requisitos para edição sejam pré-estabelecidos em lei, a edição ou não depende do juízo de mérito da administração.</p> <p>(E) vinculados, quando o objeto, competência e finalidade são definidos em lei, restando à autoridade apenas o juízo de conveniência quanto à sua edição no caso concreto.</p>	<p>32. Processar e julgar, originalmente, o mandado de segurança contra atos do Presidente ou dos Conselheiros do Tribunal de Contas compete privativamente ao</p> <p>(A) Tribunal de Justiça.</p> <p>(B) Superior Tribunal de Justiça.</p> <p>(C) Supremo Tribunal Federal.</p> <p>(D) Juiz de Direito da mais elevada entrância do Estado.</p> <p>(E) Juiz de Direito da Vara da Fazenda Pública.</p>
<p>30. Em relação a seus próprios atos, a Administração</p> <p>(A) pode anular os atos eivados de vício de legalidade, a qualquer tempo, vedada a repercussão patrimonial para período anterior à anulação.</p> <p>(B) pode anulá-los, apenas quando eivados de vício quanto à competência e revogá-los quando identificado desvio de poder ou de finalidade.</p> <p>(C) pode anulá-los, por razões de conveniência e oportunidade, observado o prazo prescricional.</p> <p>(D) não pode anular os atos que gerem direitos para terceiros, exceto se comprovado fato superveniente ou circunstância não conhecida no momento de sua edição.</p> <p>(E) pode revogá-los, por razões de conveniência e oportunidade, preservados os direitos adquiridos.</p>	<p>33. Os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amapá</p> <p>(A) não podem perder o cargo, pois são vitalícios.</p> <p>(B) podem perder o cargo por sentença judicial transitada em julgado.</p> <p>(C) são vitalícios, mas podem perder o cargo por decisão de três quintos dos integrantes do Tribunal Pleno.</p> <p>(D) podem, apesar de vitalícios, perder o cargo por decisão da maioria absoluta dos integrantes do Tribunal Pleno.</p> <p>(E) não podem perder o cargo, salvo se processados criminalmente.</p>
<p style="text-align: center;">Legislação Específica do Estado do Amapá</p> <p>31. Os Auditores do Tribunal de Contas do Estado do Amapá</p> <p>(A) possuem, como um dos requisitos para nomeação, o título de curso superior em direito, engenharia civil, ciências contábeis, econômicas ou administrativas.</p> <p>(B) são escolhidos pelo Governador do Estado em lista tríplice.</p> <p>(C) poderão aposentar-se com as vantagens do cargo quando o tiver exercido, efetivamente, por mais de cinco anos.</p> <p>(D) serão indicados pela Assembleia Legislativa no percentual de dois terços.</p> <p>(E) devem ser escolhidos segundo critérios de antiguidade e merecimento.</p>	<p>34. O Prefeito de um Município do Estado do Amapá, em razão de uma decisão do TCE-AP que lhe foi desfavorável, publicada no dia 1/10/11, interpôs recurso de reconsideração em 18/10/11. O Tribunal de Contas apreciou o recurso e em 20/10/11 publicou decisão pelo não provimento. Insatisfeito e suportado por novos documentos, o Prefeito interpôs novo recurso de reconsideração em 28/10/11. Esse novo recurso</p> <p>(A) contraria a Lei Orgânica do TCE-AP, pois o prazo para interposição do segundo recurso de reconsideração é de cinco dias, contados da publicação da decisão do não provimento do primeiro.</p> <p>(B) está de acordo com a Lei Orgânica do TCE-AP, pois o segundo recurso de reconsideração é possível com base em novos documentos.</p> <p>(C) está de acordo com a Lei Orgânica do TCE-AP, desde que os novos documentos apresentados sejam pré-existentes à decisão referente ao primeiro recurso.</p> <p>(D) contraria a Lei Orgânica do TCE-AP, pois o recurso de reconsideração só pode ser formalizado uma vez.</p> <p>(E) está de acordo com a Lei Orgânica do TCE-AP, pois o prazo para interposição do segundo recurso de reconsideração é de dez dias, contados da publicação da decisão do não provimento do primeiro.</p>



35. Nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Amapá, o percentual de vagas que deve ser reservado aos portadores de deficiência nos concursos públicos, para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadores, é de até
- (A) 1%.
 - (B) 2%.
 - (C) 5%.
 - (D) 10%.
 - (E) 20%.

História e Geografia do Estado do Amapá

36. Considere as seguintes afirmações sobre a história do Amapá.
- I. A costa do Amapá foi descoberta pelo espanhol Vicente Pinzón.
 - II. Pelo Tratado de Tordesilhas apenas metade do atual espaço amapaense era de Portugal.
 - III. Durante séculos, ocorreram disputas entre brasileiros e ingleses pela delimitação das fronteiras.
 - IV. Em meados do século XVIII, o Marques de Pombal ordenou o povoamento de Macapá com colonos açorianos.
- Está correto o que consta APENAS em
- (A) I e II.
 - (B) I e III.
 - (C) I e IV.
 - (D) II e III.
 - (E) III e IV.

37. A criação do Território Federal do Amapá no ano de 1943, atendeu a vários objetivos do governo de Getúlio Vargas, dentre os quais, destaca-se
- (A) a desconcentração das atividades industriais que estavam fortemente concentradas no Sul e Sudeste.
 - (B) a proteção das áreas de fronteiras que apresentavam baixas densidades demográficas.
 - (C) a necessidade de redimensionar os estados extensos, como era o caso do Pará.
 - (D) as questões geopolíticas provocadas pela posição do Brasil durante a Segunda Guerra Mundial.
 - (E) a política expansionista do governo federal frente aos vizinhos Sul-americanos.

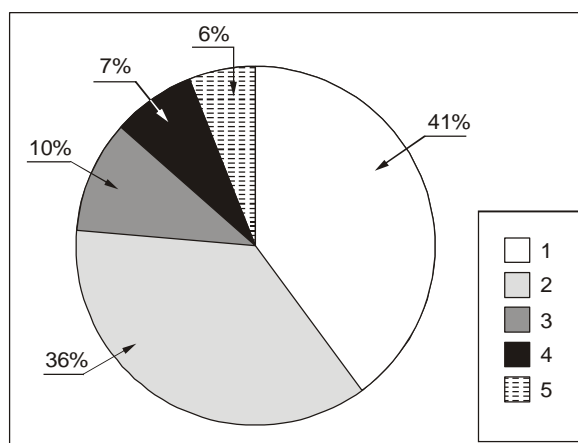
38. Uma característica importante da geografia física do Amapá é o fato de que
- (A) cerca de 80% seu território é banhado por afluentes do rio Amazonas.
 - (B) o relevo é formado predominantemente por planícies fluvio-lacustres.
 - (C) as antigas florestas que recobriam o estado foram substituídas por cerrados.
 - (D) mais da metade do seu território é formado por terrenos de origem vulcânica.
 - (E) apresenta clima equatorial com forte influência da zona de convergência intertropical.

39. Segundo o Censo 2010, o estado do Amapá
- (A) é considerado o de maior taxa de mortalidade infantil do país.
 - (B) manteve como característica o fraco crescimento demográfico.
 - (C) apresenta predomínio de adultos e idosos no conjunto da população.
 - (D) apresenta mais de 80% da população residindo nas áreas urbanas.
 - (E) apresenta pequeno número de migrantes na sua população.

40. Considere o gráfico para responder à questão.

Amapá: Utilização da terra

(% da área dos estabelecimentos agropecuários)



(<http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=ap&tema=censoagro>)

A área de Matas e/ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal está representada pelo número

- (A) 1.
- (B) 2.
- (C) 3.
- (D) 4.
- (E) 5.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

41. No contexto da organização de sistemas de computadores,
- I. o ciclo busca-decodificação-execução pode ser executado, também, por um interpretador de *software* que roda em um nível mais baixo.
 - II. computadores paralelos incluem processadores matriciais, nos quais a mesma operação é efetuada sobre múltiplos conjuntos de dados ao mesmo tempo.
 - III. computadores paralelos incluem multiprocessadores, nos quais várias CPUs compartilham uma memória em comum.
 - IV. computadores paralelos podem ser formados por multicomputadores, cada um com sua própria memória, mas se comunicando por transmissão de mensagens.
- Está correto o que afirma em
- (A) I e II, apenas.
 - (B) I e III, apenas.
 - (C) I, II e III, apenas.
 - (D) II, III e IV, apenas.
 - (E) I, II, III e IV.

42. Sobre barramento USB é correto afirmar:
- (A) Os usuários não têm que ajustar comutadores ou pontes em placas ou dispositivos.
 - (B) Apenas um tipo de cabo é utilizado para conectar todos os dispositivos e outro para fornecer energia.
 - (C) Consiste de um *root hub* ligado ao barramento de memória, com soquetes para cabos que podem ser conectados a dispositivos de E/S.
 - (D) O sistema de sinalização transmite 0 (zero) como ausência de transmissão de tensão e 1 como presença de transmissão de tensão.
 - (E) Quando um novo dispositivo de E/S é ligado, o *root hub* detecta esse evento, sem, contudo, interromper o sistema operacional.

43. Na interação entre o sistema operacional e dispositivos de E/S,
- (A) o *driver* de dispositivo é o programa que faz a comunicação direta entre a CPU e o dispositivo, por meio de envio e recebimento de comandos.
 - (B) tudo o que os sistemas operacionais vêm é a interface do controlador, que pode ser muito diferente da interface para o dispositivo.
 - (C) um *driver* pode ser inserido no núcleo, por meio da execução do programa no espaço de usuário e, na sequência, do reinício do sistema operacional.
 - (D) o *driver*, para ser usado, deve ser colocado dentro do sistema operacional para que seja executado em modo usuário.
 - (E) a entrada e a saída podem ser realizadas de várias maneiras; na mais simples um programa de usuário emite uma chamada diretamente ao driver apropriado para iniciar o processo de E/S.

44. Considere:

- I. Sistemas operacionais, sobretudo, orientados para o processamento simultâneo de muitas tarefas, e quantidades prodigiosas de E/S, oferecendo, normalmente, serviços em lote, processamento de transações e tempo compartilhado.
- II. Utilizam recursos de processamento para servirem múltiplos usuários de uma vez em uma rede, permitindo-lhes compartilhar recursos de *hardware* e de *software*; podem fornecer serviços de impressão, serviços de arquivo ou serviços de *Web*.
- III. Sistemas operacionais especiais, em grande parte, variações dos sistemas operacionais de servidores com aspectos especiais de comunicação e conectividade; obtêm potência computacional ao conectar múltiplas CPUs em um único sistema.

As afirmações contidas em I, II e III estão associadas, respectivamente, aos sistemas operacionais

- (A) de Multiprocessadores, de Tempo Real e de Servidores.
- (B) de Tempo Real, Embarcados e de Cartões Inteligentes.
- (C) de Grande Porte, de Servidores e de Multiprocessadores.
- (D) de Servidores, de Tempo Real e de Cartões Inteligentes.
- (E) de Tempo Real, de Servidores e de Multiprocessadores.

45. No contexto dos sistemas de arquivos, para se ter acesso aleatório aos arquivos, é necessário um método para especificar onde estão os dados. A chamada ao sistema que reposiciona o ponteiro para um local específico do arquivo é denominada
- (A) *Read*.
 - (B) *Append*.
 - (C) *Set*.
 - (D) *Seek*.
 - (E) *Get*.

46. Em relação às condições para que ocorra um *deadlock*, àquela em que recursos concedidos previamente a um processo não podem ser forçosamente tomados desse processo e sim, explicitamente liberados por ele, denomina-se condição de
- (A) preempção.
 - (B) exclusão mútua.
 - (C) posse e espera.
 - (D) não preempção.
 - (E) espera circular.



47. Em relação ao sistema operacional e aos recursos a ele associados, considere:
- Um computador tem em geral uma variedade de diferentes recursos que podem ser adquiridos, mas um recurso é algo que pode ser usado por somente um único processo em um dado instante de tempo.
 - Um recurso preemptível é aquele que pode ser retirado do processo proprietário sem nenhum prejuízo, sendo a memória um exemplo de recurso preemptível.
 - Em alguns sistemas operacionais, o processo é automaticamente bloqueado quando sua requisição de recurso falha; ele será acordado quando o recurso se tornar disponível.
 - Em alguns sistemas operacionais, a falha na requisição do recurso resulta em um código de erro e, nesse caso, cabe ao processo solicitante esperar um pouco e tentar novamente.
- Está correto o que se afirma em
- I e III, apenas.
 - II e III, apenas.
 - II e IV, apenas.
 - II, III e IV, apenas.
 - I, II, III e IV.
48. Considere as categorias e classes de cabos do tipo trançado. Em relação à (I) Categoria 6, Classe E e à (II) Categoria 7, Classe F, as larguras de banda e tipos de cabos associados são, respectivamente,
- I-200MHz e UTP/FTP e II-600MHz e SSTP.
 - I-200MHz e STP e II-16MHz e UTP/FTP.
 - I-600MHz e UTP e II-200MHz e SSTP.
 - I-300MHz e FTP/SSTP e II-600MHz e SSTP/UTP.
 - I-550MHz e UTP/FTP e II-600MHz e SSTP.
49. Protocolo que organiza as informações como uma árvore e permite localizar pessoas, recursos e serviços, entre outros. Descrito na RFC 2251, é uma versão simplificada do serviço X.500 do OSI. Trata-se do
- LCP.
 - IMAP.
 - LDAP.
 - DNS.
 - ICMP.
50. Quanto às regras para segmentação das redes *Fast Ethernet* (100Mbps) e considerando que o segmento entre dois micros não pode exceder 205 metros, se os segmentos entre os dois computadores forem acima de 100 metros, a ligação, em metros, entre dois repetidores/*hubs* da Classe II pode ter até
- 1 m.
 - 2 m.
 - 3 m.
 - 4 m.
 - 5 m.
51. As mensagens DNS possuem um cabeçalho com tamanho fixo de
- 8 bytes, sendo que os dois últimos tratam o número de informações adicionais.
 - 8 bytes, sendo que os dois últimos tratam o número de respostas.
 - 12 bytes, sendo que os dois últimos tratam o número de respostas.
 - 12 bytes, sendo que os dois últimos tratam o número de informações adicionais.
 - 16 bytes, sendo que os dois últimos tratam o número de autoridades.
52. Considere as seguintes características:
- Taxa de transferência variável.
 - Destinada a tráfego que não pode ter qualquer tipo de atraso.
 - Um dos SLAs é a taxa de transferência de rajada.
- Dentre as classes de QoS oferecidas pelas redes ATM, as características apresentadas pertencem à classe
- A.
 - B.
 - C.
 - D.
 - E.
53. Sobre um puro banco de dados orientado a objetos, considere:
- Os dados são armazenados como objetos que podem ser manipulados por métodos de acesso de SGBDs relacionais ou hierárquicos, apenas.
 - Os objetos são organizados em uma hierarquia de tipos e subtipos que recebem as características de seus supertipos.
 - Os objetos não podem conter referências para outros objetos.
- É correto o que consta em
- I, apenas.
 - II, apenas.
 - III, apenas.
 - I e III, apenas.
 - I, II e III.
54. Considere:
- Otimiza o processo de tomada de decisão.
 - Torna os módulos independentes uns dos outros, pois cada departamento independe das informações do módulo anterior.
 - Elimina o uso de interfaces manuais.
 - Aumenta a redundância de atividades.
- Quanto aos ERPs, é correto o que consta APENAS em
- I e III.
 - I, II e III.
 - II e III.
 - II e IV.
 - I, III e IV.



55. O nível de maturidade em que se encontra uma organização permite prever o seu desempenho futuro ao executar um ou mais processos. O MR-MPS define sete níveis de maturidade, dentre os quais estão os níveis:

- (A) Desenvolvimento, Aquisição e Serviços.
- (B) Parcialmente Otimizado, Largamente Gerenciado e Parcialmente Gerenciado.
- (C) Em Otimização, Definido e Largamente Definido.
- (D) Incompleto, Executado e Gerenciado.
- (E) Controle, Medição e Análise.

56. A utilização de números como constantes no meio de um código fonte em uma linguagem de programação, conhecidos por 'números mágicos', é considerada uma prática ruim. Na linguagem de programação C/C++ é possível criar constantes numéricas ou strings que substituirão a constante no código por um nome dado pelo programador. Isso é feito com a utilização da diretiva do pré-processador

- (A) `#pragma`
- (B) `#include`
- (C) `#const`
- (D) `#define`
- (E) `#declare`

57. Uma aplicação que é acessada por uma rede como a internet ou intranet ou um *software* que seja codificado, executado e exibido em um navegador com uso de linguagens como *JavaScript* e HTML é chamado de

- (A) Ajax.
- (B) *Web Host*.
- (C) *Web Service*.
- (D) JSON.
- (E) *Web Application*.

58. Em relação a requisitos de sistemas, considere:

- I. O modo como um sistema deve reagir a certas entradas e o comportamento em que o sistema deve ter em certas situações e, em alguns casos, especificar o que o sistema não deve fazer, são chamados de requisitos não-funcionais.
- II. As restrições aos serviços ou funções de um sistema, como, por exemplo, processos de desenvolvimento ou utilização de padrões, são requisitos de funcionamento do sistema ou requisitos funcionais.
- III. Requisitos que vem do domínio da aplicação do sistema e refletem características ou restrições para aquele domínio são chamados de requisitos de domínio e podem ser requisitos funcionais e/ou não-funcionais.

Está correto o que se afirma em

- (A) III, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, apenas.

59. Considere o seguinte diagrama UML:



O número 1 e símbolo 1..* que aparecem ao lado das classes Nota Fiscal e Itens se referem à restrição de

- (A) herança.
- (B) agregação.
- (C) identidade.
- (D) multiplicidade.
- (E) polimorfismo.

60. Um dos primeiros passos para efetuar a contagem por pontos de função de um sistema, é definir o tipo de contagem que será efetuado. Esses tipos se dividem em

- (A) entrada, saída e processamento.
- (B) requisitos, elaboração e testes.
- (C) desenvolvimento, manutenção e aplicação.
- (D) controle, mecanismo e processamento.
- (E) lógico, físico e modelagem.

61. Um grafo consiste num conjunto de nós (ou vértices) e num conjunto de arcos (ou arestas). É correto afirmar que o grau de um nó é

- (A) o número de arcos incidentes nesse nó.
- (B) um número associado ao arco, também chamado de peso.
- (C) a distância entre este nó e um outro nó qualquer do grafo.
- (D) a posição deste nó em relação ao nó raiz do grafo.
- (E) o número de pares ordenados que formam o arco.

62. Com relação à estrutura, objetivos e conceitos gerais da NBR ISO/IEC 17799:2005 é correto afirmar:

- (A) Estabelece diretrizes e princípios gerais para iniciar, implementar, manter e melhorar a gestão de segurança da informação em uma organização. Os objetivos definidos nesta Norma provêm diretrizes gerais sobre as metas geralmente aceitas para a gestão da segurança da informação.
- (B) Os objetivos de controle e os controles desta Norma têm como finalidade ser implementados para atender aos requisitos identificados exclusivamente por meio da classificação das informações.
- (C) Um incidente de segurança da informação é indicado por um evento de segurança da informação esperado, que tenha uma grande probabilidade de comprometer as operações do negócio e ameaçar a segurança da informação.
- (D) A gestão de riscos consiste no processo de seleção e implementação de medidas para modificar um risco. Inclui a análise, o tratamento e a comunicação de riscos e exclui a aceitação de riscos.
- (E) Contém 9 seções de controles de segurança da informação, que juntas totalizam 59 categorias principais de segurança e uma seção introdutória que aborda a questões de contingência.



<p>63. No que diz respeito à classificação da informação é correto afirmar:</p> <p>(A) O proprietário e a classificação da informação devem ser acordados e documentados para cada um dos ativos de informação. O mesmo nível de proteção deve ser identificado e aplicado a todos os ativos de informação.</p> <p>(B) Um sistema de classificação da informação deve ser usado para definir um conjunto apropriado de níveis de proteção e determinar a necessidade de medidas especiais de tratamento.</p> <p>(C) A informação deve ser classificada exclusivamente em termos do seu valor, sensibilidade e criticidade para a organização.</p> <p>(D) A responsabilidade de definir a classificação de um ativo, analisá-lo, e assegurar que ele esteja atualizado e no nível apropriado é de todos os funcionários da organização.</p> <p>(E) A informação nunca deixa de ser sensível ou crítica, mesmo quando se torna pública.</p>	<p>66. Com relação à <i>backups</i> de dados considere:</p> <p>I. A política de segurança deve fornecer as diretrizes necessárias para orientar o desenvolvimento de procedimentos de <i>backup</i> e <i>restore</i>.</p> <p>II. Para a implementação do backup, deve-se levar em consideração a importância da informação, o nível de classificação utilizado, sua periodicidade de atualização e também sua volatilidade.</p> <p>III. Os <i>backups</i> devem ser mantidos no mesmo local físico de armazenamento dos dados originais para possibilitar sua rápida restauração.</p> <p>IV. Além dos <i>backups</i> realizados por empresas terceiras, como, por exemplo, provedores de <i>sites</i> de contingência, deve-se produzir uma cópia adicional de segurança dos <i>backups</i>, considerados mais críticos para ser armazenada nas instalações da organização independentemente das cláusulas contratuais estabelecidas, que visam proteger a organização.</p> <p>Está correto o que se afirma em</p> <p>(A) I, II, III e IV.</p> <p>(B) I e IV, apenas.</p> <p>(C) I, II e IV, apenas.</p> <p>(D) I e II, apenas.</p> <p>(E) III e IV, apenas.</p>
<p>64. Com relação à criptografia e assinatura digital é correto afirmar:</p> <p>(A) Na criptografia simétrica, todos têm acesso à chave pública de todos; as chaves públicas estão disponíveis para o público em geral.</p> <p>(B) Uma Autoridade de Certificação (<i>Certification Authority</i>) é uma organização privada que vincula a chave privada a uma entidade e emite um certificado.</p> <p>(C) Um método de assinatura digital é capaz de fornecer os mesmos serviços disponibilizados por uma assinatura convencional. Uma assinatura convencional é incluída no documento, assim como uma assinatura digital.</p> <p>(D) Um <i>digest</i> da mensagem pode ser usado para preservar a integridade de um documento ou mensagem. Uma função <i>hash</i> cria um <i>digest</i> a partir de uma mensagem.</p> <p>(E) A assinatura digital é capaz de oferecer confidencialidade, integridade, autenticação e irretratabilidade de mensagens, mesmo que não se aplique um criptossistema no sistema de assinaturas.</p>	<p>67. Com relação ao Plano de Continuidade de Negócio é INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) Deve ser elaborado um Plano de Continuidade de Negócio que possibilite que a organização funcione em um nível aceitável para sua sobrevivência e absorva possíveis impactos financeiros, operacionais e de imagem.</p> <p>(B) O desenvolvimento do Plano de Continuidade de Negócio deve ser específico para cada organização, pois deve ser baseado em uma análise de impacto no negócio caso ocorra uma indisponibilidade dos recursos de informação.</p> <p>(C) A alta administração e os acionistas da organização não precisam conhecer e aprovar as ameaças e riscos que estão fora de cada versão do Plano de Continuidade de Negócio, pois esses aspectos são definidos e homologados pela gerência de TI.</p> <p>(D) O Plano de Continuidade de Negócio deve ser eficiente/eficaz, mantido atualizado e testado periodicamente com a participação de todos os envolvidos.</p> <p>(E) Seu objetivo é o planejamento de ações para serem executadas quando da ocorrência de uma situação de contingência, de maneira a garantir que a organização mantenha suas atividades críticas em um nível previamente definido pela área de negócio e direção como aceitável.</p>
<p>65. Leia o texto a seguir:</p> <p><i>Segundo Behrouz A. Forouzan em seu livro Comunicação de Dados e Redes de Computadores, esse protocolo é uma maneira de descrever o certificado digital de uma maneira estruturada. Usa um protocolo popular chamado ASN.1 (Abstract Syntax Notation 1). É um padrão para infraestruturas de chaves públicas (ICP).</i></p> <p>O primeiro protocolo citado no texto é o</p> <p>(A) WPA.</p> <p>(B) Diffie-Hellman.</p> <p>(C) SSH.</p> <p>(D) TLS.</p> <p>(E) X.509.</p>	



<p>68. Sobre <i>firewall</i> é correto afirmar:</p> <p>(A) Um <i>firewall proxy</i> se baseia nas informações disponíveis nos cabeçalhos da camada de rede e de transporte (IP e TCP/UDP) e não considera as informações disponíveis na própria mensagem.</p> <p>(B) Quando o processo de cliente-usuário envia uma mensagem, o <i>firewall proxy</i> executa um processo de servidor para receber a solicitação. O servidor abre o pacote no nível de aplicação e determina se a solicitação é legítima. Se for, o servidor atua como um processo de cliente e envia a mensagem para o verdadeiro servidor na empresa.</p> <p>(C) Um <i>firewall</i> de filtragem de pacotes pode bloquear pacotes com base nas instruções contidas na mensagem, ignorando os cabeçalhos da camada de transporte. Funciona como um roteador que usa uma tabela de filtragem para decidir quais pacotes devem ser aceitos.</p> <p>(D) Um <i>firewall</i> de filtragem de pacotes é um computador <i>proxy</i> (<i>gateway</i> de aplicação), que fica posicionado entre o computador cliente e o computador da empresa.</p> <p>(E) Os <i>firewalls</i> de filtragem de pacotes consideram a origem dos pacotes de dados e examinam os dados anexos impedindo a passagem de vírus.</p>	<p>72. A técnica de auditoria denominada <i>test-deck</i> trata-se de</p> <p>(A) uma tabulação de um arquivo <i>log</i> para verificar a utilização de um recurso computacional.</p> <p>(B) um rastreamento do processamento para avaliar o caminho de uma transação.</p> <p>(C) um mapeamento do processamento para identificar rotinas não utilizadas.</p> <p>(D) uma simulação de dados para testar processos computacionais.</p> <p>(E) uma análise de dados para avaliar a integridade das informações.</p>
<p>69. A implementação da estratégia e organização da empresa é especificada</p> <p>(A) pelos arranjos de governança da TI.</p> <p>(B) pela organização da TI e os comportamentos desejáveis.</p> <p>(C) pelas metas de desempenho do negócio.</p> <p>(D) pelos mecanismos de governança da TI.</p> <p>(E) pelas métricas e responsabilidades da TI.</p>	<p>73. Para assegurar que as medidas de controle estabelecidas estejam funcionando como prescrito de maneira consistente e contínua e para concluir sobre a adequação do ambiente de controle, os passos de auditoria são estabelecidos, em uma guia de auditoria, na etapa</p> <p>(A) obtendo um entendimento.</p> <p>(B) avaliando os controles.</p> <p>(C) elaborando o relatório.</p> <p>(D) avaliando a conformidade.</p> <p>(E) evidenciando o risco.</p>
<p>70. O objetivo de negócios "reduzir custos de processos", segundo o COBIT, está associado ao critério</p> <p>(A) eficiência e à perspectiva interna.</p> <p>(B) eficiência e à perspectiva financeira.</p> <p>(C) eficiência e à perspectiva do cliente.</p> <p>(D) eficácia e à perspectiva interna.</p> <p>(E) eficácia e à perspectiva financeira.</p>	<p>74. Poderá ser exigida prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras celebradas pela Administração Pública. NÃO se trata de uma modalidade de garantia que o contratado poderá optar:</p> <p>(A) caução em dinheiro.</p> <p>(B) caução em títulos da dívida pública.</p> <p>(C) fiança bancária.</p> <p>(D) seguro-garantia.</p> <p>(E) fiador com imóvel registrado.</p>
<p>71. O domínio Adquirir e Implementar (AI) do COBIT é composto de sete processos de TI, dentre os quais, o processo Gerenciar</p> <p>(A) projetos.</p> <p>(B) configuração.</p> <p>(C) mudanças.</p> <p>(D) investimentos de TI.</p> <p>(E) serviços terceirizados.</p>	<p>75. De acordo com a Lei nº 8.666/1993, poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários</p> <p>(A) o autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica.</p> <p>(B) a empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico.</p> <p>(C) a empresa cujo autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou responsável técnico.</p> <p>(D) o servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.</p> <p>(E) o autor do projeto, como consultor ou técnico, nas funções de fiscalização ou supervisão, a serviço exclusivamente da Administração interessada.</p>



76. Uma sociedade de economia mista foi condenada em ação judicial movida por empresa contratada ao pagamento por serviços executados e não pagos. Iniciada a execução judicial e recusando-se a pagar espontaneamente o débito, a sociedade de economia mista
- (A) deverá ser executada da mesma forma que as entidades integrantes da Administração direta, em razão da sujeição aos princípios aplicáveis à Administração pública.
 - (B) está protegida pela impenhorabilidade de seus bens e receitas, em face do regime de direito público a que se submete.
 - (C) poderá ter seu patrimônio penhorado, eis que submetida às mesmas obrigações civis, trabalhistas e fiscais das empresas privadas.
 - (D) deverá ser executada da mesma forma que as empresas privadas, eis que se submete ao mesmo regime destas, exceto quanto às obrigações tributárias.
 - (E) somente poderá ter seus bens e receitas penhoradas em relação às obrigações trabalhistas.
77. A Administração estadual implementou programa de incentivos a atividades culturais, mediante concessão de patrocínios a projetos selecionados em procedimento competitivo. Após as eleições, o novo Governo decidiu cancelar o programa, por considerá-lo muito oneroso. Considerando a natureza discricionária dos atos de concessão de incentivo, o novo Governo poderá
- (A) revogá-los ou anulá-los, por razões de conveniência administrativa ou por vícios de legalidade, observado o prazo prescricional de 2 (dois) anos.
 - (B) revogá-los, desde que identificada ilegalidade ou desvio de finalidade.
 - (C) anulá-los, por razões de conveniência e oportunidade, considerando as atuais prioridades da Administração.
 - (D) revogá-los, de acordo com critérios de conveniência e oportunidade, ressalvados os direitos adquiridos.
 - (E) ingressar com ação judicial para a revogação do programa, na qual deverá comprovar que o mesmo não atende o interesse público.
78. Os serviços públicos
- (A) devem ser sempre prestados pelo poder público, em face de seu caráter essencial.
 - (B) podem ter sua titularidade transferida a entidade privada, quando de natureza econômica, mediante concessão.
 - (C) podem ser prestados por particular, apenas a título precário, mediante permissão.
 - (D) não são passíveis de cobrança de tarifa, exceto quando submetidos, por lei, ao regime de concessão.
 - (E) constituem obrigação do poder público, que pode prestá-los diretamente ou mediante concessão ou permissão, sempre através de licitação.
79. Após sagrar-se vencedor em procedimento licitatório para execução de obra pública, o particular subcontratou parte dos serviços objeto do contrato celebrado com a Administração. De acordo com a Lei nº 8.666/1993, essa subcontratação é
- (A) legal, desde que no limite admitido no edital e no contrato, sem prejuízo das responsabilidades legais e contratuais do contratado.
 - (B) ilegal, tendo em vista que o contrato administrativo é intuito *personae*, constituindo a subcontratação uma burla ao procedimento licitatório.
 - (C) ilegal, exceto se o contrato tiver sido celebrado na modalidade empreitada integral e sempre mediante prévia e expressa anuência da Administração.
 - (D) legal, independentemente de autorização da Administração ou desde que os serviços subcontratados sejam acessórios e não exijam capacitação técnica objeto de aferição no procedimento licitatório.
 - (E) ilegal, eis que a subcontratação somente é admitida na hipótese de incapacidade superveniente do contratado para executar a integralidade do contrato, apurada em procedimento administrativo.
80. A Administração contratou o fornecimento de equipamentos para um hospital que estava em construção. Após a assinatura do contrato de fornecimento, constatou que teria que reduzir o número de leitos inicialmente estimados, não necessitando, portanto, da integralidade dos equipamentos cujo fornecimento já havia contratado. Diante dessa situação, a Administração
- (A) não poderá reduzir o objeto do contrato, exceto se comprovar inequívoca insuficiência de recursos orçamentários decorrente de circunstância superveniente à contratação.
 - (B) poderá reduzir o objeto do contrato, até o limite de 25% do valor original atualizado do contrato, independentemente da concordância do contratado, ficando obrigada a ressarcir os materiais já adquiridos e colocados no hospital, bem como eventuais danos regulamentemente comprovados.
 - (C) poderá reduzir o objeto do contrato, apenas se contar com a concordância do contratado e até o limite de 50% do objeto original, que poderá exigir indenização apenas pelos custos comprovadamente incorridos.
 - (D) não poderá reduzir o objeto do contrato, salvo se a possibilidade de supressão esteja expressa no Edital e contrato e desde que comprove que decorre, no caso concreto, de álea econômica extraordinária.
 - (E) poderá reduzir o objeto do contrato, com base no poder de alteração unilateral assegurado à Administração, sem qualquer limitação, cabendo ao contratado o reequilíbrio econômico-financeiro.